

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

ÚRSULA: dialogando com as relações étnicas raciais na sala de aula

ÚRSULA: dialoguing with ethnic racial relations in the classroom

José Jonas Borges Da Silva

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Elisandra Cantanhede Ribeiro

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Elizania Cantanhede Ribeiro

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a obra da escritora Maria Firmina dos Reis, o romance *Úrsula*, evidenciando os personagens africanos, buscando demonstrar o mito da “benevolência do senhor” e o mito da “democracia racial brasileira”. Dialogando com a sala de aula e as relações étnico raciais, onde os estereótipos e visões deturpadas são muito evidentes, fruto das lacunas deixadas nesse período do processo pós-abolição. Após a conferência de Durban o Brasil se reconhece enquanto racista e adota leis e decretos que não resolvem os problemas, mas levam a debater questões como o racismo, dentro de alguns espaços como o da educação, cultura entre tantos outros. A exemplo dessas leis temos a lei que “obriga” o Ensino da História e Cultura africana e Afro-brasileira, a Lei 10.639/2003, que apesar de ter sido promulgada a mais de uma década ainda se reivindicam a efetivação da mesma. Poucos foram os avanços encontrados nos espaços escolares nesses 15 anos pós-lei, e para tanto deve-se insistir e persistir nessa luta pelo debate de fazer conhecer e aprofundar a história e culturas africanas e afro-brasileiras. Para subsidiar esse trabalho foram utilizados autores como (REIS, 2004), (GOMES, 2005), (TELLES, 2012), (MUNANGA), (IPEA, 2016) e outros que ajudaram nesse diálogo, tão necessário e importante para esse debate.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia Racial. Sala de Aula. Relações Étnico-Raciais

ABSTRACT

The present work aims to analyze the work of the writer Maria Firmina dos Reis, the novel *Ursula*, highlighting the African characters, seeking to demonstrate the myth of the "benevolence of the Lord" and the myth of "Brazilian racial democracy." Dialoging with the classroom and racial ethnic relations, where the stereotypes and distorted visions are very evident, fruit of the gaps left in this period of the post-abolition process. After the Durban conference, Brazil recognizes itself as a racist and adopts laws and decrees that do not solve problems, but lead to debate issues such as racism, within some spaces such as education, culture among many others. The example of these laws is the law that "obliges" the Teaching of African and Afro-Brazilian History and Culture, Law 10.639 / 2003, which although it has been promulgated for more than a decade, is still claimed to be effective. There have been few advances in school spaces in these 15 years since the law, and for that we must insist on and persist in this struggle for the debate to make known and deepen African and Afro-Brazilian history and cultures. In order to

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

subsidize this work, authors such as (REIS, 2004), (TELLES, 2012), (MUNANGA), (IPEA, 2016) and others who helped in this dialogue, so necessary and important for this debate, were used.

KEYWORDS: Racial Democracy. Classroom. Ethnic-Racial Relations

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, é resultado da pesquisa para IV Semana Interdisciplinar sobre as “Mulheres Negras, Militância e Produção do Conhecimento” realizado pelo Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros – LIESAFRO, o Núcleo de Estudos Africanos – NEAB do Centro de Ciências Humanas – CCH, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Dentre as mulheres estudadas, estão: Maria Aragão, Léia Gonzáles, Ângela Davis, e Maria Firmina dos Reis, esta última nasceu em São Luís do Maranhão em 1825, menina bastarda e mestiça, viveu num contexto de segregação racial e social. Em 1847 é aprovada no Concurso Estadual para instrutora primária na Vila de Guimarães, e em 1859 publica seu primeiro romance Úrsula. Por colocar o dedo na “ferida” da escravidão, mas também, por exaltar a Negritude, o nome da autora e sua produção literária foram “apagados” por mais de cem anos pela historiografia literária brasileira canônica.

Após sua obra ser resgatada do esquecimento, na segunda metade do século XX, Maria Firmina passou a ser considerada por vários críticos como autora do primeiro romance abolicionista e afrodescendente da literatura brasileira. Ela ainda colaborou com poemas publicados em jornais, mas não eram identificados com seu nome, apenas pelas suas iniciais. E continuou a produzir textos, músicas que contribuam para evidenciar a população negra daquela época.

Sua ida para cidade Vila de São José de Guimarães, no município de Viamão, situado no continente e separado pela Baía de São Marcos foi de grande relevância para sua trajetória. Além disso, obteve ajuda do escritor e gramático Sotero dos Reis, primo por parte da mãe, na qual foi de grande relevância para sua “cultura”, a mesma também atuou como folclorista, compositora, sendo responsável pela composição de um hino para a abolição da escravatura.

Em 1859 em Úrsula, aborda as questões da escravidão a partir do ponto de vista do outro, e assim também norteia a narrativa do conto “A escrava” publicado em 1887 no auge da campanha abolicionista. Como era comum numa época em que as mulheres conviviam com as inúmeras restrições e preconceitos a autora não se identificou nas suas publicações.

2 A CONTRIBUIÇÃO DE MARIA FERMINA DOS REIS PARA TEMAS RELEVANTES NO SÉCULO XIX

Trazendo o debate acerca dos preconceitos e violências cometidas contra a população pobre e preta escravizada para o romance *Úrsula*, a problemática das relações étnico-racial e de gênero, ou seja, o racismo, a discriminação social, racial e de gênero são primordiais para promover uma educação para/pela tolerância e respeito. No Brasil estudos sobre estas temáticas deram origem a campos disciplinares distintos, os diferentes campos de atuação (os diálogos entre si nem sempre são fáceis), e as políticas públicas específicas se tornam mais complexas e difíceis quando não articulam e atuam conjuntamente nestes dois vetores.

Apesar dessa fragmentação, gênero, raça e etnia estão profundamente ligados na vida da sociedade brasileira, e necessitam de uma abordagem conjunta. A concordância dessa perspectiva justifica-se etnicamente, uma vez que o processo de naturalização das diferenças étnico-raciais e de gênero marcou os séculos XIX e XX, e, vinculou-se ao processo de busca pelo reconhecimento da cidadania dos negros e mulheres. Assim, para Santos a discussão de tais questões necessita que haja a participação do negro dentro dos espaços de conhecimento para contribuir, mesmo que modestamente.

A presença dos sujeitos negros dentro do espaço de produção conhecimento é decisória para que ele seja transformado. Não somente sua presença, mas a possibilidade de que, eles próprios (como intelectuais orgânicos ou simplesmente como pessoas mais atenta para a diversidade) ofereçam novos sentidos àquilo que a academia já realizava, mas de uma perspectiva que é tida como equivocada porque eurocentrada. A própria presença do diverso dentro do espaço de produção do conhecimento, seria ela mesma não turbulenta para alterá-lo e para afetar modos de pensar e conteúdos a serem pensados (SANTOS, 2010, p. 13-14).

A ignorância e o preconceito em relação à temática evidenciam e explicitam as relações de poder existentes na nossa sociedade. E, por conseguinte, o modo como certos grupos alcançam uma supremacia, perpetuando ainda dicotomias como colonizador/colonizado, rico/pobre, mulher/homem, branco/negro. No entanto, contrárias a essa situação, políticas públicas implantadas na última década, têm promovido a importância da quebra desses paradigmas. Neste sentido, a Lei 11.645/2008 diz que: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008). O mesmo acontece na Lei 10.639/2003, anterior à lei já citada, que estabelece que o ensino da história e cultura africana deve englobar todas as disciplinas do currículo escolar, em especial as disciplinas de Literatura e História.

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

Assim, pode-se afirmar que o ensino da Literatura afro-brasileira e africana, da cultura e da luta dos afro-descendentes no Brasil é importante para se combater o racismo estrutural¹ da sociedade. Outrossim, esse ensino vai além e, possibilita o conhecimento do outro, que na dinâmica da identidade-alteridade se constrói a pluralidade, a diversidade e o respeito. Neste sentido a professora Nilma L. Gomes escreve:

Pensar a relação entre educação e identidade negra nos desafia a construir, juntos, uma *pedagogia da diversidade*, além de nos aproximarmos do universo simbólico e material que é a cultura, somos desafiados a encarar as questões políticas. Tornar-se imprescindível afirmar que, durante anos, a sociedade brasileira e a escola distorceram e ocultaram a real participação do negro na produção da história, economia e cultura do Brasil, e, sobretudo, questionar os motivos de tal distorção e de tal ocultação (GOMES, 2005. p. 15).

O ideal político, literário, abolicionista e afrodescendente de Maria Firmina de construir uma nação sem opressão, por meio da literatura, encontra resistência no desejo da elite brasileira de ser uma cópia esmaecida da sociedade europeia. Essa resistência à literatura escrita por negros e/ou afrodescendentes manifesta-se nos primórdios do Romantismo (REIS, 2004).

Portanto, a inclusão de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos escolares é um ato político, e comunga com o pensamento de que o currículo não está isento de intencionalidade e hierarquização.

[...] é por intermédio do currículo que as “coisas” acontecem na escola. No currículo se sistematiza nossos esforços pedagógicos. O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração. O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. “Daí, a necessidade de constantes discussões e reflexões, na escola, sobre o currículo, tanto o currículo formalmente planejado e desenvolvido, quanto o currículo oculto” (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 19).

Assim sendo, a escolha política e pedagógica de incluir a primeira mulher a publicar no Brasil, que além de ser mulher era afrodescendente numa sociedade em que a escravidão negra ainda era pungente é um ato de transformação, de luta efetiva pela valorização das mulheres e dos negros, e mais ainda das mulheres negras no *constructo* cultural brasileiro.

E a liberdade, - oh! poeta, - canta,
Que fora o mundo a continuar nas trevas?
Sem ela as letras não teriam vida,
menos seriam que no chão as relvas:
Toma por timbre liberdade, e glória,
Teu nome um dia viverá na história.

¹ Sobre o racismo *racismo estrutural* “O silêncio da escola sobre a questão étnica tem permitido que seja ensinada a todas as crianças uma falsa superioridade branca – em beleza, cultura, inteligência e poder. Para as crianças negras, a escola tem-se mostrado omissa quanto ao dever de reconhecê-las positivamente no cotidiano escolar, o que concorre, significativamente, para o seu afastamento do quadro educacional. Esse afastamento inviabiliza a construção de uma escola democrática, que amplie as oportunidades educacionais, que reelabore uma visão crítica acerca da sociedade, que possibilite a elevação cultural e científica das camadas populares.”

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

(REIS, 1871, p. 33-35).

Uma obra literária sempre está vinculada ao tempo por múltiplos fatores. Porquanto, literatura² e sociedade estão intimamente imbricadas, pois tanto a sociedade, que produz uma obra influi sobre seu conteúdo e mecanismos de linguagem. Ademais também há essa relação quando a obra de arte age sobre a sociedade que a produziu.³ Entendendo portanto, o texto e o contexto numa relação dialética, procura-se elaborar atividades didáticas que possam promover a competência leitora de forma crítica, capacitando os alunos na leitura diacrônica (a importância na valorização de uma escritora negra no contexto de combate ao racismo e machismo brasileiro) e sincrônica (compreender a resistência e protagonismo de Maria Firmina dos Reis na luta sutil – pela literatura – para abolição e libertação dos escravizados).

Em síntese, o drama de uma mulher negra que geração após geração sofre as consequências de séculos de escravidão no Brasil, que deixaram marcas na forma como o país trata os descendentes dos africanos que habitavam nosso país na condição de escravos, apresentava as situações de injustiças sociais e esperava a conscientização de um país constituído por diferenças, que ainda sofre com a ferida social que é o preconceito racial. O preconceito racial por causa da cor, raça, a discriminação por ser pobre e o determinismo com que essas mulheres eram vistas: toda mulher pobre e de cor estava determinada a ser seduzida, corrompida e abandonada.

3 FIRMINA E A LITERATURA

O desenvolvimento da sua literatura se dá a partir da convivência da autora com um primo não muito próximo de sua mãe. Este primo que foi grande influenciador de sua carreira, o escritor e gramático Sotero dos Reis⁴. A autora vai para casa de parente em busca de melhores condições de vida e para ganhar espaço dentro de um campo que era majoritariamente masculino. No espaço da literatura era comum as mulheres serem submetidas ao preconceito e inúmeras limitações em seus inscitos.

O romance *Úrsula* foi publicado em 1859 e começou a circular em 1860, no entanto, o nome da autora era representado pelo pseudônimo “uma Maranhense”. Esta obra foi o primeiro

² SOUZA, Antonio Candido de Mello. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

³ GELL, Alfred. **Art and Agency: An Anthropological Theory**. Oxford: Clarendon Press. 1998.

⁴ Francisco Sotero dos Reis - Pseudônimo(s): Nicodemus

Nascimento: 1800 - São Luís, MA. Morte: 1871 - São Luís, MA

Descrição: Poeta, crítico literário, gramático, jornalista, professor, parlamentar, comendador da Ordem da Rosa e da de Cristo, patrono de uma das cadeiras de sócios correspondentes da ABL e da de nº. 17 da Academia Maranhense de Letras.

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

romance abolicionista e o primeiro escrito por uma mulher. Porém, Lima (2009) comenta que embora Reis tivesse escrito sua narrativa antes de o “Poeta dos escravos”, Castro Alves, escrever seu poema expressivo “Navio negreiro”, em 1869, somente no século XX é que a autora recebe o reconhecimento devido, após sua morte.

A literatura afro-brasileira é uma ampla fonte de histórica, em que ocorre o resgate da identidade de negros escravizados, os quais sofreram com tentativas de aculturação de uma classe dominante. O livro *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis é um romance que trata do tema escravidão, em que a oralidade dos personagens retoma os saberes africanos, de forma que esta obra resgatou uma nova construção do sentido e perspectiva histórica, pois deu voz aos negros para expressar seus pensamentos, sentimentos e contar a sua história.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maranhense Maria Firmina dos Reis, apesar das circunstâncias e da sua origem conseguiu deixar um legado que contribui para resgatar a autoestima das populações mais pobres num contexto bastante adverso, mas especificamente as populações negras. A autora deixou uma rica literatura para o fortalecimento do papel feminino na sociedade brasileira, em particular num campo dominado pelos homens, a literatura. Nesse aspecto, a sua publicação é uma verdadeira obra política, quando expressa um discurso que estimula as mulheres para a atuação política de forma brilhante na sua literatura sem nenhum apelo panfletário.

O livro *URSULA* é uma possibilidade de se colocar em debate a violência contra as populações escravizadas, principalmente as mulheres negras, que para as pessoas daquela época eram postas na condição de sujeito. O livro *URSULA* coloca os homens e mulheres escravizados muitas vezes como numa situação de “passivos” do sistema escravocrata, mas, no entanto, ela destaca estes sujeitos como pessoas de humanidades e que tinham na África a saudade. Esta como motivadora lhes dava forças para continuarem lutando pelo sonho de voltar à terra mãe, mas aquela “passividade” se transformava em rebeldia, rebeliões, revoltas e guerras. Ademais, hoje deve-se valorizar cada vez o papel histórico da intelectualidade do negro.

A obra se trata de um livro que deve ter o seu uso na sala de aula, valorizado para debater questão do século XIX e que ainda estão em tona para serem discutidas e enfrentadas tais como: preconceito, discriminação e racismo. A autora com sua literatura nos leva a uma época que passou, mas que possui temas que ainda permanecem latentes, demandando serem discutidos.

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

Por fim, pode ser dito que Maria Fermina dos Reis foi uma mulher que no seu tempo conseguiu tocar nas feridas da sua sociedade e trazer à tona questões que pouco eram discutidas, mas muitos gostariam que fossem superadas. Essas são questões que vão desde a escravidão a uma sociedade patriarcal, marcada pelas desigualdades sociais e que afetavam diretamente a condição feminina naquela sociedade do século XIX.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. In: PEREIRA, Amilcar Araújo e MONTEIRO, Ana Maria (Org.). **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas** Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 27-55.

BRASIL. **Lei 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 09/01/2017.

_____. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <<http://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/93966/lei-11645-08>>. Acesso em: 09/01/2017.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

DUPRET, Leila. Religião de matriz afro-brasileira e subjetividade social. In: DUPRET, LEILA. (Org.). **Transdisciplinaridade e Afrobrasilidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012. pp. 45-62.

GELL, Alfred. **Art and Agency: An Anthropological Theory**. Oxford: Clarendon Press. 1998.

GOMES, N. L. Educação e Identidade Negra. In: BRITO, A. M. B. B; SANTANA, M. M.; CORREIA, R. L. L. S. (orgs.). **Kulé-kulé – educação e identidade negra**. Maceió: Edufal, 2005.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Indagações sobre currículo: currículo, Conhecimento e cultura. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricália Ribeiro (Orgs.). **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48p.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. 4. ed. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Ed. Mulheres. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

_____. **Cantos a Beira Mar**. São Luís: Tipografia do Paíz, Imp. Por M. F. V. Pires, largo do Palácio, 1871.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Filosofia e Diversidade e a questão do Negro: argumentos criados no seio da filosofia podem nos auxiliar a entender a questão racial contemporânea? **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN**, v. 1, n. 2, Jul./Out., 2010, p. 13-14.

SANTOS, Josimari. A literatura como fonte para a história: breves considerações. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS CULTURAIS, IDENTIDADES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS. **Anais...** São Cristóvão, ago. 2009. Disponível em: <http://www.pos.ufs.br/antropologia/seciri/down/GT_05/Josimari_Viturino_Santos.pdf>. Acesso em: 10/01/2017.

SILVA, Régia. A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. **Leitura: Teoria e Prática**, v. 29, n. 56, p. 11-19, 2011. Disponível em: <<http://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/52/51>>. Acesso em: 10/01/2017.

SOUZA, Antonio Cândido de Mello. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

TAVARES, Eleuza. **Literatura e História no romance feminino do Brasil no século XIX: Úrsula**. [online]. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA -ANPOLL; SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA, XII; SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA, III, 9-11 out. 2007, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/Ba. Anais... Ilhéus, Ba, 2007. Acesso em: 15/01/2017.

ZABALA, Antoni. Os enfoques didáticos. In: COLL, César; MARTÍN, Elena. (Org). **O construtivismo em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 1998.